

INOVAÇÕES NAS POLÍTICAS DE ACESSO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: o caso da empresa KROTON Educacional

Flávio Roberto Evangelista de Andrade¹
Julianna de Fátima Sales Falcão de Andrade²
Marcus Aurélio Freire Silva³

RESUMO

Significativas transformações ocorrem em todas as áreas do conhecimento correlatas ao desenvolvimento científico e tecnológico, os quais exigem maior capacitação da mão de obra e desenvolvimento do capital humano, aproximando desta forma, potências humanas e máquinas. Logo, o acesso a este enriquecimento de eficiência produtiva de uma nação, perpassa pelo maior acesso a educação de seu capital intelectual, observado que em uma sociedade da comunicação generalizada se estabelece uma sociedade de rede nas universidades. Neste ambiente passa-se a ampliar a nossa compreensão do mundo e seus reflexos no sistema educacional. Assim, o grupo Kroton Educacional utilizou um modelo de gestão empreendedor e inovador à frente de seus concorrentes comprando algumas instituições; aplicou sistemas de financiamento estudantil como o FIES e o PROUNI; seguiu as políticas educacionais públicas e criou o seu próprio setor de inovação garantindo a inserção de novas tecnologias e atendendo ao compromisso com as ações estratégicas estabelecidas pelo nível institucional da organização. Dentro dessa perspectiva constitui-se objetivo maior desse artigo contextualizar inicialmente a situação educacional retratada no Brasil para apresentar o caso da empresa Kroton como instituição de ensino que avançou em seu tempo e aproveitou as oportunidades que o mercado lhe apontava. O trabalho se justifica por demonstrar além de dados quantitativos e qualitativos sobre a conjuntura atual da educação superior no país, o desenvolvimento da empresa em questão como um exemplo de instituição inovadora a ser seguido. Acredita-se então, que a educação superior é o sustentáculo para a criação de novas ideias por parte das pessoas estabelecendo, dessa maneira, novas formas de se fazer uma gestão inovadora e eficaz.

Palavras-chaves: Acesso; Capital Intelectual; Educação; Inovação; Políticas Públicas.

¹ Graduado em Administração, Especialista em Administração Pública e pesquisador *ad hoc* em Educação à Distância pela Universidade Estadual do Maranhão; Mestrando Profissional em Gestão Estratégica de Pessoas pela UNICSUL – SP e Pós-graduando em Gestão Empresarial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

² Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Atenas Maranhense, Pós-graduanda (MBA) em Controladoria e Finanças pela UNICSUL – SP e Pós-graduando em Gestão Empresarial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

³ Graduado em Economia pela Universidade Federal do Maranhão e Administração pela Universidade Estadual do Maranhão, Pós-graduado em Auditoria Governamental pela Universidade Gama Filho, Mestre em Controladoria Financeira da UNISINOS e Pós-graduando em Gestão Empresarial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

ABSTRACT

Significant transformations occur in all the areas of the knowledge correlated to scientific and technological the development, which demand greater qualification of the workmanship hand and development of the human capital, approaching in such a way, powers human beings and machines. Soon, the access to this enrichment of productive efficiency of a nation, it passes beyond for the biggest access the education of its intellectual capital, observed that in a society of the generalized communication if it establishes a society of net in the universities. In this surrounding one is transferred to extend it our understanding of the world and its consequences in the educational system. Thus, Educational the Kroton group used model of an enterprising and innovative management to the front of its competitors buying some institutions; it applied systems of student financing FIES as it and the PROUNI; it followed the public educational politics and it created its proper sector of innovation guaranteeing the insertion of new technologies and taking care of to the commitment with the strategical actions established by the of the institution level of the organization. Inside of this perspective objective greater of this article consists to initially to introduce text the educational situation portraied in Brazil to present the case of the Kroton company as education institution that advanced in its time and used to advantage the chances that the market pointed to it. The work if justifies for demonstrating beyond quantitative and qualitative data on the current conjuncture of the superior education in the country, the development of the company in question as an example of innovative institution to be followed. It is given credit then, that the superior education is sustentation for the creation of new ideas on the part of the people establishing, in this way, new forms of if making an innovative and efficient management.

Keywords: Access; Intellectual capital; Education; Innovation; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

O contexto de uma sociedade do conhecimento cada vez mais internacionalizada leva o Sistema de Educação Superior (SES) à privatização, diversificação acadêmica e administrativa, permitindo além da expansão, uma centralização estatal nas políticas de avaliação da qualidade e ainda a busca do desenvolvimento científico e tecnológico com marca da inovação.

No Brasil, a real situação da educação superior ainda retrata uma situação que permite uma maior quantidade de cursos e alunos em detrimento à uma maior qualidade de serviços dessa educação, isto é, um número expressivo de

alunos universitários de várias instituições, a cada semestre que estão em situação de formatura, sem no entanto ter o devido preparo para competir no mercado de trabalho. Dessa forma, as avaliações já realizadas por auditorias do Ministério da Educação e Cultura (MEC) apontam para enormes diferenças de qualidade educacional entre as instituições, principalmente as instituições privadas.

Em face dessa realidade as universidades e instituições de ensino e pesquisa, em sua maioria, não estão paradas, pois está havendo interação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o poder público brasileiro, no sentido de incentivar não somente a formação de professores, mas apresentar qualidade de ensino e pesquisa, mudanças e inovações que são exigências atuais.

O trabalho tem sua importância por apresentar além de dados quantitativos e qualitativos sobre a conjuntura atual da educação superior no país a partir do ano de 2009, expõe o desenvolvimento da empresa Kroton como um exemplo de instituição educacional inovadora a ser seguido.

Assim, este artigo demonstra um breve resumo da situação da educação profissional no Brasil até apresentar a evolução do acesso à educação no país expondo análises de especialistas incluindo a educação à distância, nova modalidade que surge como modelo de educação inovadora e inclusiva.

Destaca-se também a situação da educação estabelecida na zona rural apresentando números referentes à faixa etária dos estudantes. Outro aspecto interessante apresentado no artigo é a valorização do curso superior pelos jovens brasileiros o que garante autonomia profissional e melhoria salarial.

Retrata-se ainda a situação da educação no período 2001-2010 apresentando quantitativos referentes às matrículas dos cursos de licenciatura do país, bem como os programas de financiamento estudantil e as estatísticas atuais do ensino superior.

Finalmente o artigo aborda uma pequena apresentação da empresa Kroton Educacional, instituição que trabalha com a educação nas várias modalidades ensino, em particular, o ensino superior, estabelecendo-se como instituição referência em ensino de qualidade, avanço tecnológico e inovação da educação no Brasil.

2 CONJUNTURA ATUAL DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Schwartzman (1993) apud SAMPAIO (2011) aponta que a partir do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, o relativo equilíbrio que caracterizava a relação público e privado na educação superior no Brasil (com relação ao número de instituições e de matrículas), foi interrompido em face da natureza da expansão do sistema. Essa expansão foi assumida pela iniciativa privada, no início da década de 1970, sendo impulsionada por causa da pressão de diversos segmentos da sociedade brasileira.

O fim século XX foi considerado o período da virada, isto é, para o setor privado aqui se destaca como a inovação na educação superior, que corresponde à lógica da sobrevivência criativa. Corrobora-se, então, com Sampaio (2011) que realmente era necessário tratar dos dois lados que intervêm na economia: de um lado o Estado como organismo que regula e expede as leis e as normas burocráticas; do outro um mercado desaquecido. Dessa maneira, por esse cenário apresentado já se identificam indícios de mudanças destacadas no setor privado que, rapidamente ganhariam espaço e direção próprias. Então, para adequar-se à nova legislação, alguns segmentos do ensino superior buscaram respostas nas ações empreendedoras, que a partir das brechas da lei encontraram certas oportunidades, “cujos resultados estão na base das transformações hoje em curso” (Sampaio, 2011, p. 1-2).

Ainda conforme a autora há mais de 100 anos o ensino superior privado no Brasil apresenta um percentual de 75% das matrículas nesse nível de ensino. A trajetória desse tipo de ensino apresenta duas Constituições, a da República no ano de 1891, responsável pela sua possibilidade de existência e a Constituição de 1988 que, sustentando o princípio da liberalidade, manteve o ensino superior livre à iniciativa privada, tudo sem desrespeitar as normas gerais da educação e ainda com a autorização e avaliação do poder público.

Atualmente no Brasil ampliou-se o acesso à educação, haja vista que os cursos presenciais apresentam 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 de tecnológico. No tocante a educação a distância, tem-se 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 de

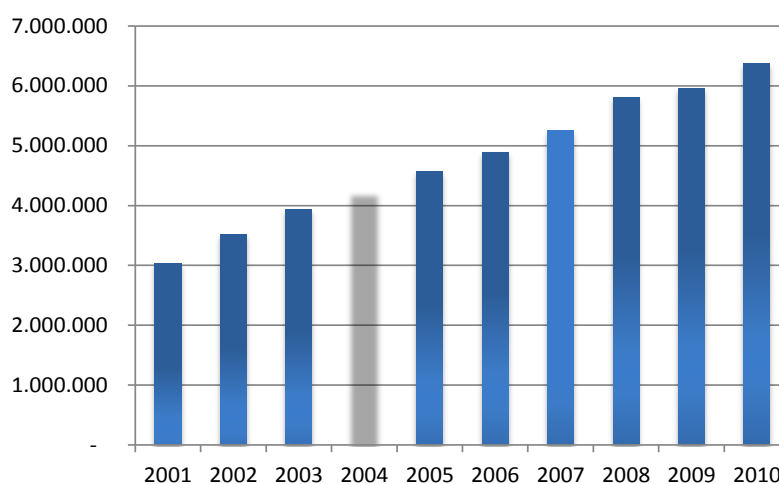
tecnológicos⁴. Acompanhando a evolução, em 2010 ainda percebe-se concentração de matrículas nas universidades (54,3%), ao longo do período, verifica-se que apesar do aumento do volume de matrículas nas universidades, a diminuição percentual do número de matrículas nestas em contraponto ao aumento percentual da participação das faculdades e dos centros universitários, faculdades (31,2%) e dos centros universitários (14,5%). Apesar do número de matrículas estar concentrado nas universidades, as faculdades correspondem ao maior número de instituições na educação superior⁵.

As matrículas de graduação em 2010 consolidam-se percentualmente mais que o dobro das matrículas de 2001. Apesar da expansão do íterim 2001-2010 alicerça-se no setor privado, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) demonstraram o maior ampliação percentual de matrículas, pelo segundo ano consecutivo. De 2009 para 2010 houve majoração de 11,8% matrículas nas IFES, praticamente o dobro das ocorridas no setor privado⁶.

No gráfico a seguir (Gráfico 1) pode-se observar com bastante clareza como evoluiu o número de matrículas em cursos de graduação, tanto em cursos presenciais quanto os à distância no período 2001 a 2010.

No ano de 2001 o quantitativo chegava a 3 milhões de matriculados e que passados quase 10 anos, o ano de 2010 atingiu mais que o dobro desse número.

Gráfico 1: Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) no Brasil (2001-2010)



Fonte: MEC/INEP, 2011.

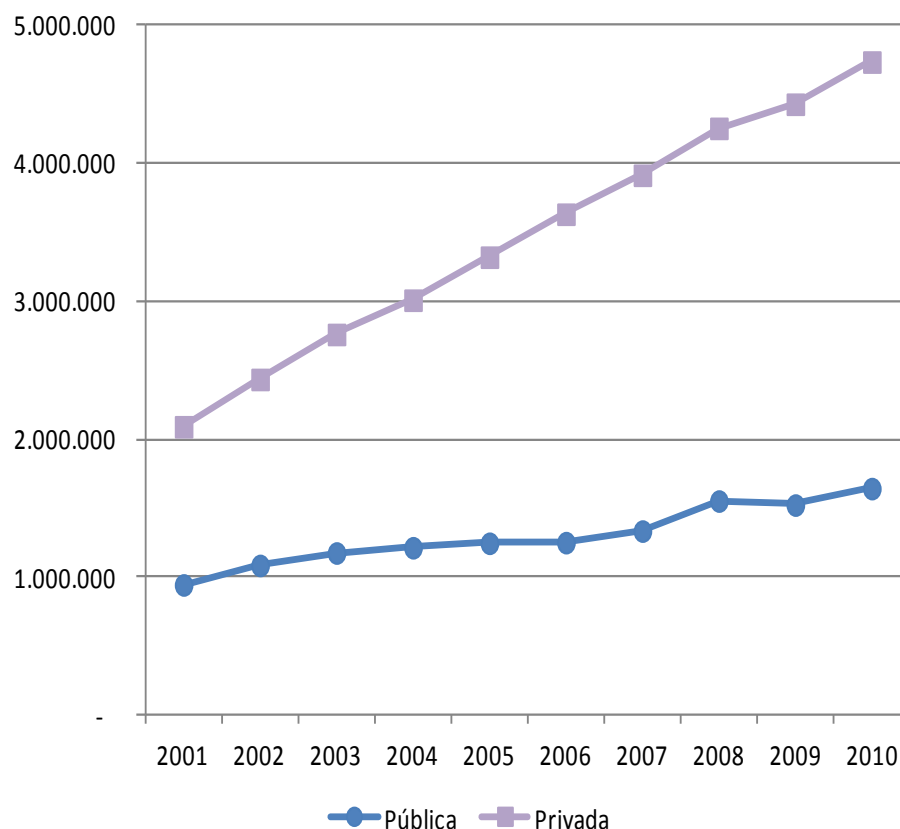
⁴ Retirado do texto: O Ensino superior cresce 110% em 10 anos no Brasil (2011).

⁵ Op. Cit.

⁶ Op. Cit.

Para segmentar mais ainda a questão do acesso à educação superior no Brasil apresenta-se a seguir o Gráfico 2 que representa o quantitativo de matrículas em Cursos de Graduação no país nas duas modalidades presencial e à distância destacando as categorias em instituições de ensino superior públicas e privadas.

Gráfico 2: Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) por categoria pública e privada no Brasil (2001-2010)



Fonte: MEC/INEP, 2011.

Pelo Gráfico acima pode-se notar o nítido crescimento do número de alunos matriculados representando a categoria privada em comparação ao número da categoria pública. Após pesquisas realizadas pelos autores identificou-se um aumento do número instituições privadas em detrimento às públicas que se sustentavam com poucos recursos.

Para comprovar a situação de novos ingressos na educação superior apresenta-se a Tabela 1 que comprovadamente mostra bem a realidade atual num período de praticamente 10 anos.

Tabela 1: Evolução do Número de Ingressos (presencial e a distância) por Categoria Administrativa - Brasil – 2001-2010

Ano	Ingressos (todas as formas de ingresso)										
	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2001	1.043.308	251.239	24,1	125.701	12,0	99.214	9,5	26.324	2,5	792.069	75,9
2002	1.431.893	334.070	23,3	148.843	10,4	149.017	10,4	36.210	2,5	1.097.823	76,7
2003	1.554.664	325.405	20,9	153.393	9,9	128.323	8,3	43.689	2,8	1.229.259	79,1
2004	1.646.414	364.647	22,1	165.685	10,1	153.889	9,3	45.073	2,7	1.281.767	77,9
2005	1.805.102	362.217	20,1	148.206	8,2	166.660	9,2	47.351	2,6	1.442.885	79,9
2006	1.965.314	368.394	18,7	177.232	9,0	143.636	7,3	47.526	2,4	1.596.920	81,3
2007	2.138.241	416.178	19,5	193.919	9,1	176.047	8,2	46.212	2,2	1.722.063	80,5
2008	2.336.899	538.474	23,0	211.183	9,0	282.950	12,1	44.341	1,9	1.798.425	77,0
2009	2.065.082	422.320	20,5	253.642	12,3	133.425	6,5	35.253	1,7	1.642.762	79,5
2010	2.182.229	475.884	21,8	302.359	13,9	141.413	6,5	32.112	1,5	1.706.345	78,2

Fonte: MEC/INEP, 2011.

Em 2001 o total de ingressos na educação superior era de 1.043.308 chegando a mais do dobro em 2010 com 2.182.229. A soma do número de egressos nas instituições de ensino superior federal, estadual e municipal perfaz um total de 251.239, enquanto que as instituições privadas de ensino superior apresentou quase o triplo: 792.069.

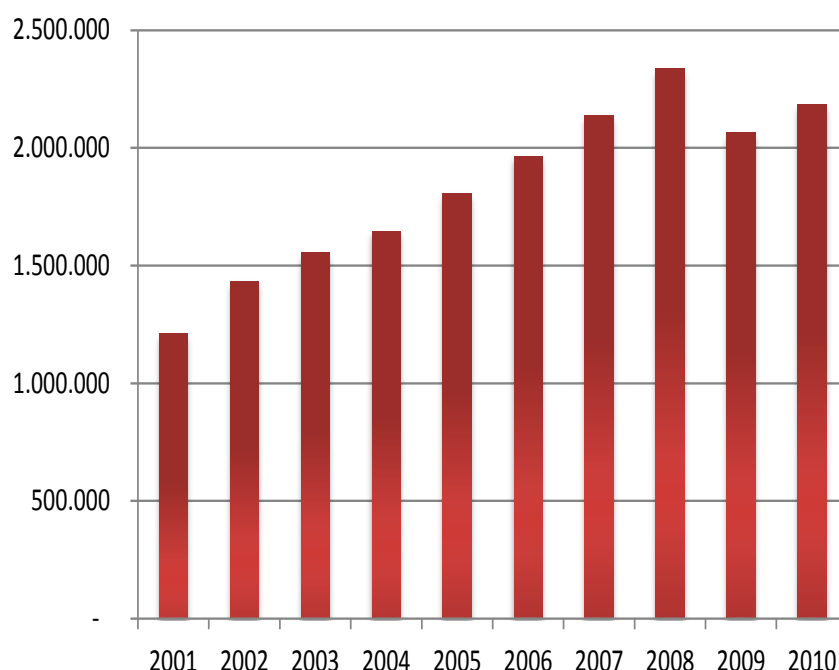
Analisando melhor a situação, em 1 (um) ano, no período de 2009 a 2010, a variação percentual dos ingresso foi de 5,7%, enquanto que a de 2001 a 2010 foi de 109,2% do total.

No período de 1 ano (2009-2010) a categoria pública apresentou variação dessa forma: federal (19,2%), estadual (6,0%) e municipal (8,9%). Já a categoria privada apresentou um percentual de 3,9%.

Em 10 anos a variação correspondeu a 109,2%. A esfera federal apresentou 140,5%, a estadual 42,5% e a municipal 22%.

Após um decênio o crescimento do número de egressos das instituições privadas de ensino superior se mantem atingindo um total de 1.706.345 - mais de três vezes o que apresentou o número das instituições públicas (475.884) como pode-se verificar graficamente:

Gráfico 3: Evolução do Número de Ingressos (presencial e a distância) por Categoria Administrativa - Brasil – 2001-2010



Fonte: MEC/INEP, 2011.

No Gráfico acima destacam-se 2007, 2008 e 2010 como os três anos que apresentaram número maior de ingressos tanto par a educação presencial como à distância. Nota-se então visivelmente uma evolução por período anual se houver comparação com o ano de 2001 que não chegou a 1.500.000.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A formulação do Plano Político-Pedagógico (PPP) é essencial para o estabelecimento da qualidade e não mera formalidade exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pois, este propicia a construção coletiva por uma comunidade escolar, do papel da educação nessa sociedade, a função social da própria unidade escolar, o papel dos profissionais os conteúdos e das atividades, além de contribuir para o aperfeiçoamento da interação teoria-prática, e a formação de professores, inicial e continuada, tendo em vista que isto é elemento central para a melhor qualidade da educação superior brasileira. Entretanto, deve-se considerar a carreira docente, o reconhecimento social e econômico, as condições de trabalho. Logo, é necessário pensar todas essas dimensões de forma holística,

deficiências salarial, formação dos docentes, pois é imprescindível buscar soluções para problemas de inadequação do financiamento, da gestão, dos sistemas, das escolas e das concepções e práticas pedagógicas. Os quais permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, potencializando o fracasso e o abandono escolar (BRASIL, 2007).

No ano de 1996 a nova LDB n. 9.394, configurou o Ensino Médio como finalização da Educação Básica. A consolidação e o aprofundamento do Ensino Fundamental e o reconhecimento àqueles que concluírem o curso básico, do ingresso no Ensino Superior estão entre as suas finalidades. Por outra maneira, a LDB, permite, ainda, o ingresso do aluno em carreira técnico-profissional, depois de atendida a formação geral, consoante o artigo 36, parágrafo 2º, seção IV da aludida lei. Dessa forma, o aluno pode optar entre o Ensino Médio de caráter propedêutico como aprofundamento de Ensino Fundamental, ou ainda pelo Ensino Médio Técnico Profissionalizante (CANALI, 2009)

Canali (2009) reforça ainda que a Educação Profissional passou por nova reforma e sua regulamentação dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Essa modalidade de educação passa a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com a finalidade de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

O Decreto nº 6.302 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Brasil Profissionalizado constituiu-se com o objetivo de estimular o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, dando ênfase à educação científica e humanística com a ajuda da articulação entre formação geral e educação profissional, a cerca da realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais.

Sabe-se que para ultrapassar essa dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e a educação profissional de nível médio torna-se necessário enfrentar alguns desafios para transformar essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico. Sobre essa situação explica Kuenzer (2007, p. 34): “a dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através de uma nova concepção, ou é ingenuidade ou é má fé.”

Ao realizar uma retrospectiva no tocante às políticas públicas no período 2003 – 2007, o objetivo central do Ministério do Trabalho e Emprego foi combater a

precarização e a discriminação no trabalho. Dessa forma, apresentou vários programas, para manter, por exemplo, a fiscalização do trabalho por meio da aplicação das normas legais no ambiente de trabalho, no alcance à proteção da vida e da saúde, com destaque para a eliminação do trabalho infantil e do trabalho escravo. Surge então o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional, PNQ (2003-2007), parte integrante do Plano Plurianual (PPA), que apresenta mais uma ação política do Governo em conceber a qualificação profissional, como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável. Estas ações foram implementadas em alguns estados como o Ceará⁷ e o Rio Grande do Norte⁸

O PNQ foi criado para articular diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento apesar de em 2002, os recursos orçamentários para a Qualificação Profissional terem o decréscimo de 302 milhões, que, entretanto, foram reduzidos com o contingenciamento para apenas R\$ 153 milhões (representando algo em torno de 30% dos valores do ano anterior). Para 2003, o Orçamento da União, definido ainda no Governo anterior, destinou apenas R\$ 186 milhões. Ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-1998 e 1999-2002, tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas, após intenso desgaste institucional (PEIXOTO, 2008).

3 EVOLUÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Brasil possui atualmente 6,5 milhões de universitários, dos quais 6,3 milhões encontram-se matriculados na graduação e 173 mil na pós-graduação, e a majoração em relação a 2009 foi de 7,1%. Segundo Fernando Haddad (2011), a década 2001/2010, resulta em mais do que duplicação do número de cidadãos com acesso à educação superior: “Talvez esta tenha sido a melhor década, do ponto de

⁷ Com base no documento Relatório Planejamento Estratégico (DRT/Ceará), disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1CBDF2012C2BA1C3AE38C1/ce_planej_estrategico_2004.pdf>.

⁸ Com base no texto eletrônico encontrado na página do Governo do Estado do Rio Grande do Norte: <<http://www.sine.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sine/programas/gerados/qualificacao.asp>>.

vista de acesso à educação superior, em todos os tempos, tanto em termos relativos como absolutos”⁹.

Em 2001, 390 mil estudantes concluíram a graduação, já em 2010, 973,8 mil, Fernando Haddad enfatizou que o número de pessoas formadas nas universidades brasileiras, praticamente triplicou. A ampliação de acesso e formandos resulta de um maior número de ofertantes, 29.507 cursos de graduação presenciais e a distância, em 2.377 instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Segundo o censo 2010, ocorreu uma democratização do acesso à formação superior, a região Nordeste evoluiu de 15% das matrículas em 2001 para 19%, em 2010, a região Norte, de 4,7% em 2001 para 6,5% em 2010. No tocante ao perfil dos estudantes presenciais tem-se média de 26 anos, e a distância, 33 anos.

Ainda atinente aos dados do Censo 2010, percebe-se um maior número de instituições privadas de ensino superior (IPES), 42.950 escolas, faculdades ou universidades privadas, frente 278 públicas, e 68,7% dos 29.507 cobram mensalidade. Porém, quando o assunto é pós-graduação a maior parte dos alunos está na rede pública, ou seja, necessitamos democratizar também o acesso à pós graduação em maior velocidade, a fim de que este não torne-se um novo gargalo à formação de capital humano.

Correlato aos 6,3 milhões de universitários na graduação observa-se 173.408 brasileiros matriculados em um curso de especialização, mestrado ou doutorado, o que equivale a 0,09% da população brasileira.

3.1 ANÁLISES DE ESPECIALISTAS

Como afirmou Francisco de Oliveira (1990, p. 12) na abertura da reunião anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) em 1990 considerando a alta velocidade de desenvolvimento tecnológico no mundo com as mudanças inadiáveis a serem anunciadas: “[...] a inserção da economia brasileira no sistema internacional, exige tecnologia de ponta e esta não é produzida com mão de obra barata e desqualificada”.

⁹ Censo revela que o acesso cresceu na década de 2001-2010, Portal MEC (7 nov. 2011). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212>.

Ana Leda Barreto (1996), em análise aos Parâmetros Curriculares Nacionais, implementada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, os quais foram objetos de fortes críticas da comunidade acadêmica nacional, consolida “a necessidade de uma sólida formação dos profissionais de educação, como sendo básica para a transformação deste sistema.” Assim, complementa Arroyo (1985, p. 9): “Tal esquecimento nos faz pensar que a desqualificação das professoras e professores foi é um dos mecanismos 'para mantê-los fracos e disponíveis à manobras e conchavos políticos-burocráticos'.” Que segundo Barreto (1996, p.4) um sistema que forma outros cidadãos e cidadãs fracos e disponíveis às mesmas manobras e conchavos.

Desta forma, a transformação do sistema educacional exige a transformação do professor. Nossos currículos, programas, materiais didáticos, incluindo os novos e sofisticados multimídias, softwares educacionais, vídeos educativos, continuam centrados em falácias, como afirmou Emilia Ferreiro para a Revista TV Escola: “insistimos ainda que a aprendizagem deve se dar sempre do concreto para o abstrato, do próximo para o distante e do fácil para o difícil” (MEC, 1996). Nesta óptica não acompanharemos as transformações que evoluem todos os campos de trabalho e educação.

Segundo Marcello Cini (1998), físico italiano, vemos hoje a evolução da ciência e sua mudança de concepção, então assevera com bastante propriedade: “Passou-se, em vez disso, a uma concepção de mundo em que, em vez de se tentar reduzir tudo à ordem, regularidade e continuidade, emergem categorias e perspectivas completamente opostas.” Dessa forma complementa seu pensamento: “Estudam-se a desordem, a irregularidade, os fenômenos que não se repetem, em vez de tentar unificar fenômenos muito diferentes pela explicação resultante de uma única lei fundamental.”

Corroborar-se com Pretto (1999) que a aquisição e construção do conhecimento é primordial para superarmos este obstáculo, logo, sendo fundamental a adoção das tecnologias da comunicação e informação nos processos de ensino-aprendizagem.

A gestão Fernando Henrique Cardoso propõe decididamente a privatização de estatais, vide telecomunicações. Logo desenvolvendo-se as sociedades de estudo em rede através do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a

criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), introduzindo de forma definitiva a Internet no país.

3.2 A EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL

Na zona rural, somente 17% dos jovens com mais de 25 anos completaram o nível médio ou superior. E o perfil dos estudantes, geralmente segue o exemplo de Eduardo Baron, que não mora no campo e não dispõe de experiência no campo, o qual estuda agronomia por influência do pai, agricultor¹⁰.

Os cursos de agronomia e veterinária da Universidade de Brasília (UnB) possuem cerca de 800 alunos, destes 50% são estudantes da cidade, logo, em função disto, além de conhecimentos técnicos, o curso precisa abordar fatores sociais que envolvem a vida no campo.

A situação do professor com curso superior é ainda preocupante Segundo dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), apenas 24% dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental que dão aula em zonas rurais no país têm curso superior. Eles chegam a ganhar até 60% menos que os docentes da zona urbana.

Dos analfabetos brasileiros, que somam 9,6 milhões de pessoas entre 15 e 60 anos, 40% estão no campo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007. "Na zona rural, os estudantes têm menos acompanhamento da família e menos oportunidades de acesso à cultura e à leitura, tanto na sala de aula, com o professor que tem formação precária, quanto em casa", avalia o diretor do MEC¹¹.

3.3 UNIVERSIDADE E SALÁRIOS

Um estudo divulgado em 13.09.2011, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstrou que o investimento

¹⁰ Retirado de Notícias de Rural Br: Universitários da zona rural são minoria no país, aponta IBGE, por Maíra Gatto, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2011/04/universitarios-da-zona-rural-sao-minoria-no-pais-aponta-ibge-3290801.html>>

¹¹ Para ficar mais informado vide o site da Revista Escola encontrado na seguinte página eletrônica: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/campo-ensino-pior-425395.shtml>>.

em ensino superior tem por consequência recompensas salariais futuras, e o Brasil entre os 30 países estudados, o Brasil é o que mais valoriza este tipo de ensino.

No Brasil uma pessoa com ensino superior chega a apresentar diferença salarial de até 156%. A população brasileira de 15 a 29 anos e com mais estudo é a que tem menor probabilidade de estar desempregada, somente 6,2% dos graduados nesta faixa etária estão desempregados, frente a 10,2% dos jovens que concluíram o ensino médio.

Porém curiosamente o relatório da OCDE aponta que 30,1% dos brasileiros entre 15 e 19 anos não estão estudando o que mostra ainda uma situação a se considerar como urgente.

O relatório explana que entre 2000 e 2008, a nação que apresentou o maior acréscimo nos investimentos por aluno foi o Brasil, 121%. Apesar disso, a OCDE informa que o percentual do PIB investido em educação pelo Brasil (5,3%) continua abaixo da meta da organização (5,9%).

Segundo este estudo metade dos graduados em todo o planeta, advém de três economias fortes: Estados Unidos (26%), China (12,1%) e Japão (11,4%), em um total de 225 milhões em todo o globo.

Ainda atinente a este estudo, o mesmo advoga que o mundo não apresentará evolução econômica e socialmente enquanto apenas três países dominarem o ensino superior. Logo, o objetivo era o aumento de 25% nas matrículas, entre 1995 e 2009. Ou seja, meta superada pelo Brasil no íterim 2001-2010.

3.4 A DÉCADA 2001-2010

Segundo Fernando Haddad (2011): “Talvez esta tenha sido a melhor década, do ponto de vista de acesso à educação superior, em todos os tempos, tanto em termos relativos como absolutos”. O ministro embasou-se no fato de que passou-se de 390 mil formandos em 2001 para 973,8 mil em 2010¹².

Haddad enfatizou que o objetivo do governo Lula de dobrar as matrículas nas universidades federais em seus mandatos (2003-2010) foi levemente superada. Vide que em 2008, ocorreram 148,8 mil matrículas e, em 2010, 302,3 mil.

¹² Op. Cit. 2011.

O censo demonstrou o aumento de ingresso em cursos de licenciatura, os quais representaram 21,1% do das matrículas, entre as categorias presenciais e a distância. Inclusive, aumento na oferta de vagas para as disciplinas com histórico de falta de professores, em biologia de 78 mil de 2001 para 160 mil em 2010; em física, 18 mil para 42 mil; em matemática, de 60 mil para 86 mil, e em química, de 26 mil para 53 mil.

3.5 PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO

O PPA 2004-2007 do primeiro mandato do governo Lula, objetiva a promoção do desenvolvimento e inclusão social, englobando debate democrático sobre prioridades políticas. Referente ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, englobando articulação estratégica das políticas de emprego, trabalho e renda com a política de desenvolvimento econômico, resultando no Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, apontando ações direcionadas à promoção do crescimento sustentável com trabalho, democratização do acesso ao crédito e a inclusão social, expressando o objetivo do programa de governo, construir um Brasil para todos¹³.

As ações de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional, inclusão social pelo trabalho. O Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda constitui um primeiro passo em direção à construção de um novo Sistema Público de Emprego.

Como parte desse Programa, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ articula diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento.

Nessa perspectiva, O PNQ se constitui espaços públicos de gestão participativa e de controle social, buscando a superação da condição de política compensatória, para ajustar-se às diretrizes da política nacional, um direito de cidadania que contribui para a democratização das relações de trabalho, imprimindo um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

¹³ Encontrado em: < [http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf)>.

4 FACULDADES RECEBEM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Entre 2005 e 2009, 29% das bolsas disponíveis do Prouni não foram preenchidas, mesmo assim empresários receberam isenção fiscal. As 260 mil vagas não ocupadas geraram lucros aos empresários do ensino superior privado. As instituições que participam do programa receberam desconto total dos impostos, mesmo não preenchendo as vagas.

O próprio secretário de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, que recentemente defendeu a ampliação do Prouni, afirmou que o problema é a lei que criou o programa, em 2005. A lei demonstra que o objetivo da criação do programa foi justamente ajudar os empresários da educação.

A lei estabelece ainda que as universidades precisam apenas aderir ao programa e oferecer uma quantidade determinada de bolsas, não exige que as vagas sejam preenchidas, nem vincula a isenção dos impostos ao preenchimento das vagas.

É uma bolsa-empresário, pois com o programa, os tubarões do ensino estão evitando a quebra das instituições privadas, que estão à beira da falência. Devido aos altos custos das mensalidades e à enorme evasão, essas instituições estão tendo prejuízos e crises. Para salvá-las, o governo Lula instituiu o Prouni, ao invés de criar vagas e investir nas instituições públicas.

Um exemplo da falência dessas instituições é a crise por que passa uma das principais instituições privadas de ensino superior, a PUC-SP. Recentemente, a instituição eliminou 400 disciplinas da sua grade curricular após o pagamento destas pelos estudantes. Outro dado que demonstra a crise é que de 1,3 milhão de vagas ociosas no ensino superior, 97% são na rede privada de ensino (CAUSA OPERÁRIA ONLINE, 2011).

"Da maneira como o programa está desenhado, as instituições têm recebido toda a isenção fiscal e não têm efetivado todo o benefício previsto", afirmaram analistas do Tribunal de Contas da União.

Segundo analistas do TCU concluiu não há "estimulo" para que os empresários preencham as vagas. Como se o desconto dos impostos não fosse uma transferência enorme de recursos públicos a esses tubarões da educação.

A verdade é que os empresários não querem oferecer as bolsas, pois assim não aumentam a quantidade de estudantes e recebem dinheiro do Estado da mesma forma.

O relatório do TCU aponta: "Há brechas no sistema de cálculo que podem dar margem a comportamentos oportunistas de instituições de ensino superior que queiram obter vantagens no programa".

O próprio Ministro da Educação, Fernando Haddad, fundador do Prouni, reconheceu a ajuda do governo aos empresários. "O MEC precisa cobrar das instituições de ensino superior IES que estão devendo ao País pelos valores das mensalidades. O governo está pagando mais do que deve pelas bolsas".

4.1 ESTATÍSTICAS DE ENSINO SUPERIOR

No tocante aos credenciamentos para Educação à Distância (EAD), tem-se 128 portarias do MEC. Referente às casas de ensino superior, a relação é de 5,51%, no tocante às universidades encontramos 76 credenciadas, representando 43,67%, nos centros universitários, dos 110 existentes, 15 estão aptos a funcionar com metodologia de EAD, 13,63%, das 2.036 faculdades 1,81% conseguiram a permissão, correspondendo a um total de 37 conforme Tabela 2.

Tabela 2: Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas à EAD

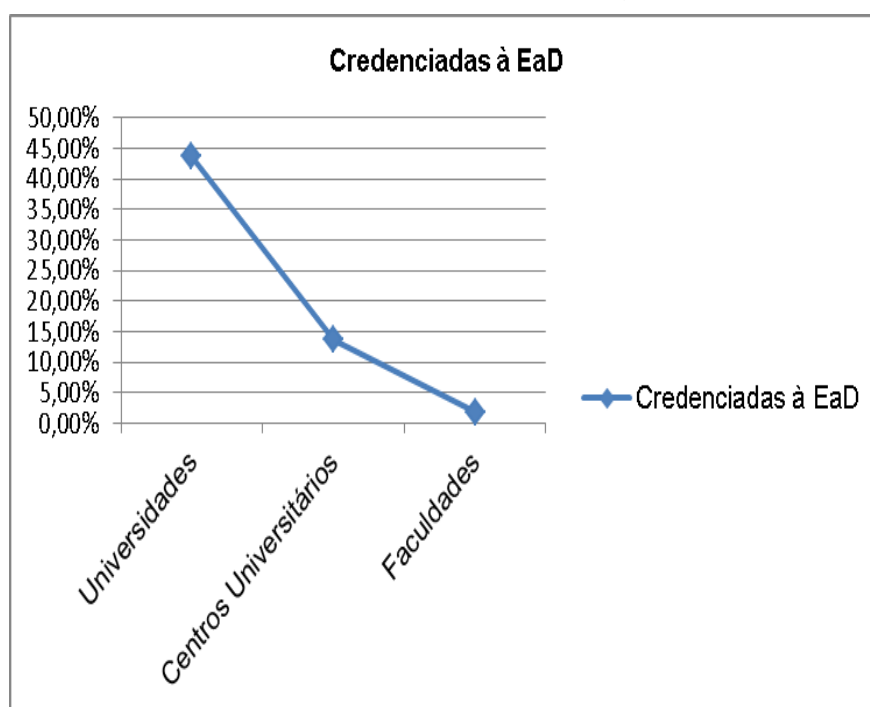
IES	Número de IES	Credenciadas à EaD	Total
Universidades	174	43,67%	76
Centros Universitários	110	13,63%	15
Faculdades	2036	1,81%	37

Fonte: ALVES¹⁴ (2007).

¹⁴ Educação à distância – dados estatísticos brasileiros por João Roberto Moreira Alves - Presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação e da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Diretor de Relações com o Poder Público da Associação Brasileira de Educação a Distância, 2007. Disponível em: <<http://ensinoadistancia.wikidot.com/crescimento:estatistica-dados-brasileiros>>.

A realidade do credenciamento das IES no Brasil é bem retratada por pesquisas quantitativas que revelam dados expressivos apresentados em gráficos e tabelas. As explicações são reveladoras: sobre o percentual de instituições de ensino superior que são credenciadas à Educação à Distância menos de 5% são faculdades, os centros universitários chegam a praticamente 15% e as universidades detêm um número maior perto de 45% como se pode observar pelo Gráfico 4.

Gráfico 4: Percentual de IES credenciadas à Educação à Distância (EaD)



Fonte: adaptado de ALVES (2007).

Os dados de 15 de outubro de 2005 evidenciam que há em nosso país 2.320 IES, sendo 100 federais, 78 estaduais, 58 municipais e 2.084 particulares. Desse conjunto, 174 são universidades, 110 centros universitários e 2.036 faculdades.

Na Tabela 3 observa-se o registro dos dados estatísticos oficiais compreendendo universidades, centros universitários e faculdades isoladas (públicas e privadas) de acordo com o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE) no ano de 2005.

Tabela 3: Número de IES existentes no Brasil por região geográfica

Região Norte	136	(5,87%)
Região Nordeste	403	(17,37%)
Região Sudeste	1.122	(48,83%)
Região Sul	399	(17,20%)
Região Centro-Oeste	249	(10,37%)

Fonte: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE), 2005. Mais informações consulte: Abed, IPAE.

Ainda segundo dados do IPAE, no ano de 2000 os cursos de educação à distância tinha um quantitativo de apenas 10 com 1.682 alunos matriculados e após 6 anos o número de cursos aumentou para 349, com aumento superior a duzentas mil matrículas conforme quadro 1. Para mais informações consultar o Portal do MEC, o INEP e o IPAE.

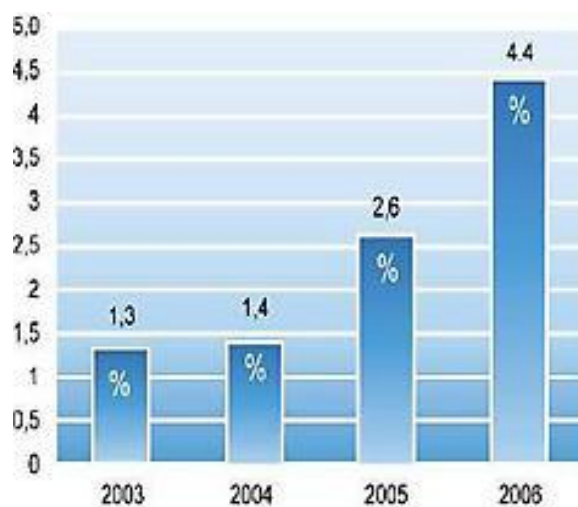
Quadro 1 Número de cursos de graduação EAD com seus respectivos números de matrículas realizadas no período de 2000 a 2006.

EAD NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO		
Ano	Cursos	Matrículas
2000	10	1.682
2001	16	5.359
2002	46	40.714
2003	52	49.911
2004	107	59.611
2005	189	114.642
2006	349	207.206

Fonte: MEC/INEP/DAES – 2006.

Foi no ano de 2006 que 430.229 candidatos foram inscritos para 813.550 vagas oferecidas, entretanto o número de ingressos foi menos da metade, apenas 212.246 apresentando 207.206 matriculados até o mês de junho do mesmo ano. Já a partir do Gráfico 5 apresentado verifica-se em percentual a participação da EAD no total de alunos de graduação:

Gráfico 5: Percentual a participação da EAD no total de alunos de graduação



Fonte: Censo 2006 – INEP.

4.2 ESTATÍSTICAS SOCIAIS

A taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7% para 10%, no entanto, persistia um número elevado de pessoas que não sabiam ler ou escrever: 14,1 milhões de analfabetos, dos quais 9 milhões eram pretos e pardos e mais da metade residia no Nordeste.

As mulheres urbanas do Brasil apresentam em média, um ano a mais de escolaridade do que os homens. No Distrito Federal apresentam a maior média, 10,4. Mesmo em regiões onde os valores culturais são reconhecidamente mais tradicionais, as mulheres têm posicionado como referência nas famílias, Norte (34,7%) e Nordeste (32,1%), 52,9% destes era monoparental (sem a presença de um dos cônjuges).

Em 2007, 4,2% das mulheres frente 5,5% dos homens estavam ocupados na categoria de dirigentes em geral. Os dados da PNAD relatam que no Norte e Nordeste, as diferenças entre os percentuais masculino e feminino que ocupam cargos de dirigentes são menores do que nas unidades da federação do Sul e Sudeste onde os valores culturais seriam mais avançados.

Em dez anos, sobe de 53,6% para 57,1% o percentual de mulheres entre os universitários, no mesmo período, o percentual de homens caiu de 46,4% para 42,9%. No segmento de rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo,

cerca de 18% eram analfabetos em 2007; já nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,4%. O fenômeno do analfabetismo também está bastante relacionado às áreas rurais. A taxa rural (23,3%) era três vezes maior que a urbana (7,6%), embora a comparação com os dados de 1997 (taxa rural de 32,0%) mostre redução expressiva.

A frequência à escola cresceu bastante entre 1997 e 2007. No grupo de 0 a 6 anos de idade, em 1997, 29,2% freqüentavam escola, percentual que passou para 36,5% em 2002 e chegou a 44,5% em 2007. No subgrupo de 4 a 6 anos de idade, o percentual em 2007 era de quase 78%. No grupo de 15 a 17 anos, a taxa de freqüência também cresceu, saindo de 77,3% em 1997 para 82,1% em 2007.

A taxa de freqüência líquida de 15 a 17 anos, demonstra que 48% dos adolescentes estavam cursando o ensino médio, em 2007, em 1997 era de 26,6%. O Nordeste registrou avanço em 2007 (34,5%). O Sudeste 58%, 66,7% no estado de São Paulo. As mulheres 53,8% estavam cursando o nível adequado, contra 42,5% dos homens.

Vista pelo rendimento familiar, a taxa de freqüência líquida dos adolescentes de 15 a 17 anos mostra uma situação muito desfavorável para os 20% com menores rendimentos (28,2%) se comparada à dos 20% com maiores rendimentos (77%). Em 1997, a taxa para o primeiro quinto de rendimento era de 6,1%.

Nesse nível de ensino, em todas as idades entre 18 e 25 anos, os estudantes pretos e pardos não conseguiram alcançar em 2007 a taxa de freqüência que os brancos tinham dez anos antes. Nesse intervalo de tempo, a diferença a favor dos brancos, em vez de diminuir, aumentou, passando, por exemplo, de 9,6 pontos percentuais, aos 21 anos de idade, em 1997, para 15,8 pontos percentuais em 2007.

Em 2007 os hiatos sobre os anos em ensino entre brancos e pretos era de 13,4% e 4,0%. Ou seja, o hiato entre os dois grupos, que era de 7,4 pontos percentuais em 1997, passou para 9,4 em 2007. Analfabetismo funcional cai mais entre pretos e pardos, mas a desigualdade se mantém, pois no tocante às taxas de analfabetismo, analfabetismo funcional e freqüência escolar, tem-se diferenças significativas. Em 2007, dos 14 milhões de analfabetos brasileiros, 9 milhões eram pretos e pardos. Enquanto a taxa de analfabetismo da população branca era de 6,1%.

A taxa de analfabetismo funcional apresentou maior evolução para pretos e pardos que para brancos, entre 1997/2007. No entanto o analfabetismo funcional para os brancos (16,1%) era mais de dez pontos percentuais menor que a de pretos e pardos (27,5%).

As consequências das desigualdades educacionais se refletem nos rendimentos médios, que se apresentam sempre menores (em torno de 50%) que os dos brancos. Mesmo nos grupos com mais de 12 anos de estudo, os brancos são favorecidos, com rendimentos-hora até 40% mais elevados que os de pretos e pardos.

Os jovens de 16 e 17 anos no período 1997/2007 demonstra a maior busca por conhecimento, reduzindo o percentual dos que trabalham, de 16,5% para 10,2%, e dos que cuidavam dos afazeres domésticos, de 11,1% para 8,3%. Ampliando os que se dedicavam exclusivamente aos estudos, de 45,5% em 1997 para 54,8% em 2007.

A partir dos 18 anos este volume é ainda menor 25,8%, no segmento de 18 e 19 anos, e 10,1% de 20 a 25 anos. Frente ao percentual de jovens que trabalham e não estudam é de 32,3% para o grupo de 18 e 19 anos e de 50,4% para o de 20 a 24.

5 A EMPRESA KROTON EDUCACIONAL

Seguindo exemplo de grandes empresas de tecnologia e educação da atualidade como Microsoft, Google, Facebook e outras, nasceu no ano de 1966, na cidade de Belo Horizonte (MG) a ideia para o nascimento da empresa Kroton Educacional. A organização surgiu a partir da união de cinco jovens empreendedores montarem um curso pré-vestibular chamado Pitágoras. Após dois meses, 33 dos 35 alunos do Pitágoras foram aprovados. O sucesso da gestão e a utilização de uma metodologia eficaz fez com que depois de dois anos com 13 turmas constituídas e três turnos o número de alunos subisse para 600.

O Pitágoras evoluiu a cada década. Na década de 70 nasce o primeiro colégio para alunos do 1º e 2º graus com mais de 5 mil jovens matriculados. Em 1974 nasce a maior unidade do Grupo no Ensino Básico (Pitágoras Cidade Jardim). Para fugir das consequências da crise econômica, nos anos 80 o Grupo construiu

duas gigantescas obras na Mauritânia e no Iraque, constituindo-se de mais de mil alunos brasileiros residentes nesses países.

A Kroton Educacional é uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil, com atuação no Ensino Básico há mais de 36 anos e no Ensino Superior desde 2001. A Companhia atua de forma integrada e diversificada, provendo serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático para uma rede de mais de 600 escolas associadas em todos os Estados do Brasil. No Ensino Superior, a Kroton conta com 27 campi em operação em seis Estados do Brasil.

Na década de 1980, a Kroton desenvolveu um modelo replicável de gestão, objetivando a implantação e operação de unidades educacionais geograficamente dispersas. Esse modelo, ancorado no desenvolvimento, padronização e monitoramento dos processos críticos de gestão educacional, incluindo um sistema de treinamento de docentes e gestores, garantiu a qualidade administrativa e pedagógica necessária para a escala dessas operações.

Desde 1997 a Kroton ampliou ainda mais esse modelo, ao iniciar a comercialização, em grande escala, da sua tecnologia educacional e de gestão para a Educação Básica, por meio de escolas associadas e de um composto de produtos e serviços indissociáveis, alinhados ao projeto pedagógico da Companhia, a saber: (i) treinamento para professores e gestores; (ii) consultoria na implantação de processos de gestão; (iii) apoio nas ações de marketing e captação de alunos; (iv) conjunto de livros didáticos; e (v) processo de avaliação permanente do desempenho da aprendizagem dos alunos. A principal marca da Kroton, “Pitágoras”, conquistou grande visibilidade e alto grau de reconhecimento em todo o País, sempre associada a atributos de qualidade no Ensino Básico, comprovados por uma taxa média de 98% de renovação anual dos contratos com suas escolas associadas nos últimos três anos.

Na década de 90 foi criada a Rede Pitágoras a partir da expansão do Ensino Básico que após quase um ano 106 escolas já faziam parte do Grupo que tinha como cultura a produtividade, a replicabilidade e a escalabilidade. Complementando essa linha origina-se a Fundação Pitágoras em 1999 para a viabilização de projetos educacionais. Pensamento.

Em 2000 surge a primeira Faculdade Pitágoras com um sistema e metodologia exclusivos criados em parceria com a Apollo Internacional (uma das maiores companhias de educação do mundo) sediada no Arizona, E.U.A. e que

durou até 2005 com a venda da sua participação aos fundadores. No final do ano de 2001 a Companhia possuía 332 alunos no Ensino Superior, ao passo que já contava com uma base ampla no Ensino Básico, que somava 98.257 alunos.

Assim dois anos após a venda o ano de 2007 ficou assinalado pela abertura de capital do Pitágoras na BM&F Bovespa, com o nome Kroton Educacional (KROT11), o que possibilitou um bom desenvolvimento e a expansão da companhia.

Em 2009, com a ajuda financeira da Advent International (um dos maiores fundos de private equity do mundo) a Kroton compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores. Seguindo de forma rápida a Kroton adquiriu o grupo IUNI Educacional. Hoje no país, o Kroton é um dos mais destacados grupos educacionais.

Desde 2004 o imperialismo tem despejado uma torrente de dólares e euros na educação brasileira de nível superior. O objetivo não é ampliar nem atualizar conteúdos, especializar professores, equipar laboratórios e hospitais-escola. Pretende-se, na verdade, aprofundar o processo de transformação da educação em mercadoria para obter lucro máximo, seja com a venda de cigarros na cantina, o ensino à distância para tropas no Haiti, ou a coleta dos recursos do Pro Uni, criado para não universalizar o ensino público gratuito.

Informações do chefe da Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social), Ernani Torres, dão conta de que, em 18 de outubro do ano passado, 3.875 prepostos do capital financeiro internacional completaram uma injeção de 412,5 milhões de dólares para assumir 80% do SEB (Sistema Educacional Brasileiro S. A.). Com US\$ 478.773.750,00, cerca de 12 mil estrangeiros assumiram 70% do controle da Kroton, criadora da rede Pitágoras e, com US\$ 446.940.000,00 ficaram com 64% da Estácio de Sá, num negócio para o qual cada aluno foi "avaliado" em R\$ 10.800.

Para "ganhar musculatura", Antonio Carbonari Neto, da Anhanguera Educacional, fez duas ofertas públicas de ações na Bolsa, tendo captado R\$ 860 milhões, que aplicou principalmente em 17 aquisições. No momento em que acalentava sonho de comprar mais 25 faculdades, foi adquirido pelo Apollo Global, (joint-venture de US\$ 1 bilhão formada em 2007 pela Apollo Inc, com 80,1% e o Group Carlyle com 19,9%).

Situação semelhante à reinante hoje no Brasil, foi vivida no USA na década de 70, quando estudos demográficos de John Sperling indicaram que a massa estudantil já não abrangia jovens com emprego em tempo integral: metade dos universitários era de trabalhadores de tempo integral e idade mais avançada.

Em junho deste ano, João Carlos Di Gênio, proprietário de meia centena de escolas Objetivo e do complexo educacional Unip recebeu do grupo Apollo uma proposta de compra de R\$ 2,5 bilhões (1,53 bilhão de dólares) apenas pelas unidades de ensino superior. A oferta, que corresponde a 8 mil dólares por aluno, era respaldada pelo Morgan Stanley Investment Bank.

Outro negócio que vai passando à administração alienígena é a Kroton, criada na década de 1980. Em 1997, a Kroton iniciou a comercialização da sua tecnologia educacional e de gestão de Educação Básica para as escolas associadas, por meio de um conjunto de produtos e serviços indissociáveis.

Atuando com empreendedorismo e inovação como instituição educacional o grupo Kroton obteve a associação com a Unopar que assumiu a liderança no mercado educacional brasileiro como a maior plataforma de educação a distância no ensino superior do Brasil, com mais de 145 mil alunos em graduação e mais de 6 mil em pós-graduação.

O grupo após a fusão possui atualmente o maior portfólio de serviços educacionais do Brasil, com atuação do ensino maternal ao doutorado e ainda ensino de idiomas e extensão. O grupo é agora o 6º maior grupo educacional em valor de mercado do mundo entre as empresas listadas em bolsas de valores. Em Cáceres o compromisso e a experiência com a educação somam os 45 anos de história da Kroton, 40 anos da Unopar e os 25 anos do CEAFF (JORNAL OESTE, 2011).

Segundo notícia no site do Jornal Oeste a Kroton e a Unopar unidas são a maior presença nacional na área de educação, com unidades próprias, escolas associadas e pólos em mais de 1000 localidades brasileiras.

A partir de dados coletados do Relatório de Administração do Grupo Kroton em maio de 2010, o Ministério da Educação (MEC) anunciou uma medida provisória, com alterações no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior “Novo FIES”, que atualmente permitiu impacto no crescimento do setor educacional.

Para se ter ideia desde o início do programa, a Companhia vem investindo em uma estrutura de apoio aos estudantes para lhes facilitar o acesso ao Novo FIES, inclusive durante os processos de vestibular. Os dados do relatório revelam que em dezembro de 2010, mais de 5 mil alunos da Kroton já tinham contratos assinados do Novo FIES.

O site valoronline.com.br a partir do mesmo Relatório de 2010 revelou uma receita bruta total de R\$ 711,1 milhões em 2010 com crescimento de 80,0% em relação a 2009. O avanço do grupo Kroton se explica também pela aquisição do IUNI realizada em março de 2010.

Não se fala só de lucro já que o Kroton quer contribuir também para maiores quantidade e qualidade da educação superior, mesmo assim o total das deduções da sua receita bruta R\$ 111,5 milhões, compostas por bolsas Prouni (R\$ 51,8 milhões), Impostos sobre Ensino Superior (R\$ 11,8 milhões), Impostos sobre operações escolares (R\$ 3,3 milhões), devoluções (R\$ 8,6 milhões) e descontos concedidos (R\$ 36,0 milhões).

Sobre a receita líquida a empresa terminou o exercício de 2010 com o total de R\$ 599,7 milhões (crescimento de 69,9% em relação a 2009). Com relação aos Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados - em 2010, os custos totais da Kroton foram de R\$ 434,4 milhões, ou 72,4% da receita líquida. Os custos de serviços prestados, em razão da maior participação das operações de Ensino Superior no mix de negócios, representaram 94,8% desse total¹⁵.

Economicamente satisfatório o lucro bruto foi de R\$ 165,3 milhões, permitindo um aumento de 35,4% com relação ao ano de 2009. Assim, a margem bruta alcançou 27,6% em 2010, redução de 7 pontos percentuais frente ao ano anterior, refletindo o aumento dos custos e os eventos extraordinários apurados no período.

Quanto às despesas operacionais, estas chegaram a R\$ 196,5 milhões em 2010. Essas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas (que inclui a provisão para devedores duvidosos – PDD), pessoal, gerais e administrativas, outras receitas/despesas operacionais e amortização de ágio.

A Companhia mineira não é vitoriosa só em números, mas também tem sucesso com as inovações. Partiu do seu grupo de inovação um projeto de levar à

¹⁵ Para mais informações ver <http://www2.valoronline.com.br/sites/default/files/valor_ri/22-03_kroton_c.pdf>.

escola computadores portáteis conectados com uma lousa digital e conteúdo 3D para que Professor e alunos poderão extrapolar na interatividade por meio de uma sala equipada com pequenos computadores portáteis nas carteiras, diretamente conectados a uma lousa digital.

O quadro-negro ou branco, o giz e o pincel não serão substituídos, mas complementados. Tudo por conta da inovação. Assim, o aluno ganha mais agilidade, é sem dúvida agregação de valor. A sala digital servirá a todos os alunos do 6º ao 9º ano até a segunda série do ensino médio a partir do ano de 2011. Com uma caneta magnética capaz de escrever, editar e manipular fotos, objetos e textos, o professor conseguirá tornar as aulas mais dinâmicas e interessantes. É o que acredita o diretor de Educação Básica da Kroton João Lacerda (BRASIL ECONÔMICO, 2010).

É um projeto inovador no País e já foi complementado pela parceria fechada ao final de outubro com a empresa indiana Designmate, especializada em conteúdo de ensino 3D para diversas disciplinas.

O diretor Lacerda diz com otimismo: "Somos agora o representante dela no Brasil. É um sucesso. Na aula de biologia, por exemplo, há um vídeo que explica a cicatrização com um filme de 8 minutos, repleto de detalhes". Explica ainda que: "Nosso foco é melhorar a aprendizagem. Pesquisamos e constatamos que as escolas que usaram a ferramenta tiveram êxito. Essa geração tem uma facilidade em trabalhar em grupo não presencial, em redes de relacionamentos"

Com isso o grupo Kroton dá um passo decisivo e à frente do tempo das instituições de ensino, assim, Rodrigo Galindo o diretor executivo de Educação Superior na época "É preciso dar tempo para que a inovação aconteça. Não surge do nada. Precisa dar espaço e tempo. É isso que estamos fazendo".

Para melhorar em todas as áreas a Companhia possui um grupo de sete diretores: Tecnologia, Corporativo, Ensino a Distância, entre outros que se reúnem semanalmente para discutir inovação na companhia.

Para que o sistema dê certo a Kroton trabalha a capacitação dos professores como continuidade das ações, dessa forma o desafio maior segundo os diretores da companhia é trazer essa cultura para dentro da sala, por esse motivo o papel do professor é tão importante.

O grupo de inovação da Kroton apresenta outra linha de atuação, o intitulado projeto "Mentes Inovadoras". Por meio da ferramenta fornecida pela empresa israelense Mind Lab, jogos de tabuleiros contribuem para estimular o

raciocínio dos alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental da rede Pitágoras. Esta inovação chega ao ensino superior nas unidades de ensino superior da rede Kroton Educacional. Não há mais transmissão de conteúdo dentro da sala de aula. O professor passa os dados através de um portal antes do período letivo e valoriza o ambiente em grupo para as discussões sobre o tema. É a tecnologia suportando um projeto pedagógico (BRASIL ECONÔMICO, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este avanço educacional brasileiro demonstrado na última década, por meio dos dados elencados no censo, seguiram uma lógica smithiana de maior eficiência do mercado.

Haja vista que a inovação deste processo sob uma lógica schumpeteriana de inovação criadora, tende a sucatear a educação superior, tão qual os processos vividos pelos sistemas médio e básico.

Observado que Estado tende a gerenciar e controlar o nível de qualidade por meio de regulação estatal, em lógica de economia mista, keynesiana. No intuito de minimizar as falhas do mercado, e assegurar à este constante padrão de qualidade, no intuito de formar sucessivas gerações de mão de obra qualificada.

A liderança de um país perpassa pela capacidade de empreendedorismo, inovação, ou seja, capital humano capaz de gerar novas tecnologias de produtos, serviços e processos que amplie a produtividade e consequentemente a competitividade de toda a sociedade.

Logo, observado estas perspectivas de políticas macroeconômicas estruturantes, tendo como um de seus pilares, a qualificação do capital intelectual. E a mobilidade dos recursos financeiros internacionais que buscam maior rentabilidade e neste intuito direcionam-se para segmento das instituições financeiras de ensino superior, pois os mesmos dispõem de políticas fiscais (isenções de Contribuição Social e de Imposto de Renda) e de Política Monetária (apoio creditício) para aumento da demanda.

Conforme se verifica a ampliação da busca de rentabilidade em foco precipuamente direcionado pelas decisões da Apollo Intenacional, um grupo educacional internacional que inseriu-se como sócio em 2001, e em meados de

2010, efetuou um aporte de aproximadamente R\$ 300 MI em Capital Social, para ampliação de sua participação no mercado brasileiro.

O grupo Kroton Educacional após uma análise deste mercado captou no último triênio grandes grupos como UNIC e UNOPAR, e redes locais como a FAMA, em prol de ampliar seu marketing share e desta forma aproveitar a maior rentabilidade dentro de uma perspectiva maior de giro, ampliando exponencialmente o retorno deste investimento.

Para se ter ideia, de acordo com dados do Relatório de Administração da Kroton a empresa findou 2010 com 85.367 alunos, sendo 76.253 matriculados em cursos de graduação e outros 9.114 alunos em cursos de pósgraduação, um bom quantitativo para o segmento de Ensino Superior. E não para por aí o crescimento anual no número de alunos no Ensino Superior foi de 95,7%, particularmente por causa da aquisição do IUNI em março do ano retrasado (2010). Em números os alunos evadidos no ano foi de 19.177 e de estudantes graduados foi de 20.511, todavia houve bastante entrada de novos alunos com o total de 39.251.

Por todos os dados quantitativos e qualitativos expostos neste artigo não é difícil observar que o Grupo Kroton Educacional se destaca de várias instituições educacionais, não só pela preocupação com a qualidade, mas por estar realmente preocupado com a educação superior e estabelecer em sua filosofia organizacional o aspecto da inovação como decisivo para o alcance do sucesso.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. **Educação à distância** – dados estatísticos brasileiros. 2007. Disponível em: <<http://ensinoadistancia.wikidot.com/crescimento:estatistica-dados-brasileiros>>. Acesso em 23 mar 2012.

BARRETO, A. L. **Análise da proposta Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Revista de Educação-AEC. Ano 25, abr/jun, 1996, p.134/41.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento base formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, Brasília, 2007.

_____, MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Planejamento Estratégico**. Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Ceará, 2004. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1CBDF2012C2BA1C3AE38C1/ce_planej_estrategico_2004.pdf>.

_____, Portal MEC. **Censo revela que o acesso cresceu na década de 2001-2010**. 7 nov. 2011. Disponível em:

< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212>.

BRASIL ECONÔMICO. **Netbook liga professor e aluno com uma caneta**. Reprintagem de Conrado Mazzoni. Ed. Inovação e Educação. Jornal Oeste. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.linearclipping.com.br/cnte/detalhe_noticia.asp?cd_sistema=93&codnot=1443293>. Acesso em 22 mar. 2012.

CANALI, Heloísa Helena B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um Ensino Médio integrado à educação profissional**. V Simpósio sobre Trabalho e Educação. FAE, Minas Gerais, 2009.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Levantamento estatístico sobre o Ensino Médio e Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

IPAE, Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. **Os reflexos da nova regulamentação da educação a distância**. Estudo técnico sobre o Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Brasília, março de 2006. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/et/14.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

KROTON, Grupo. **Relatório da Administração aos acionistas**. 2010. Disponível em: <http://www2.valoronline.com.br/sites/default/files/valor_ri/22-03_kroton_c.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012.

KUENZER, Acacia (org.). **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Revista da TV Escola**, Brasília/DF: nº 2, mar/abr. 1996.

OLIVEIRA, F. D. **Armadilha neoliberal e as perspectivas da educação**. 13ª reunião anual ANPED, Belo Horizonte/MG, 1990.

PEIXOTO, Patrícia E. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, mai. 2008, 136f II.

PRETTO, Nelson. **Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras**. Revista Brasileira de Educação. Maio a agosto. 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_08_NELSON_PRETTO.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

REVISTA NOVA ESCOLA. **No campo, o ensino é pior.** Por Gustavo Oliveira. Ed. Abril, ago. 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/campo-ensino-pior-425395.shtml>>. Acesso em: 20 mar 2011.

SCHWARTZMAN, S. **Policies for Higher Education in Latin America:** the Context. Higher Education, 1993.

SAMPAIO, H. **O setor privado de ensino superior no Brasil:** continuidades e transformações. Revista Ensino Superior, UNICAMP. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/noticia.php?id=41>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

SINE. Sistema Nacional de Emprego. **Sub-programa de Qualificação Profissional,** Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2004. Disponível em: <<http://www.sine.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sine/programas/gerados/qualificacao.asp>>. Acesso em: 19 mar 2012.